

## CRISE DO CAPITALISMO E ESTADO:

Que projeto de país e de educação superior?

*Deise Mancebo\**  
(UERJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v8i13.869>

**Resumo:** O ensaio analisa a crise do capitalismo e as possibilidades e limites postos para o país e, particularmente, para a educação superior, no atual contexto. Seu desenvolvimento teve por base uma investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos sistemáticos na imprensa, análise documental de problemáticas convergentes e consulta de dados agregados, adotando, uma perspectiva de investigação, ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa. O texto compõe-se de quatro partes: inicia com uma breve apresentação da crise do capitalismo e do papel que os Estados têm tido na sua “administração”; em seguida, analisa o autoritarismo (e o neofascismo) como uma das saídas encontradas pelo neoliberalismo em crise; na terceira parte, desenvolve a produção neoliberal das subjetividades e, na sequência, analisa algumas tendências que vêm se consolidando na educação superior no país, sob a lógica neoliberal num contexto autoritário. Nas considerações finais, são sinalizados alguns dos principais entraves políticos atuais do país (e da educação superior), destacando a necessidade de uma mobilização permanente e, particularmente, dos profissionais da educação, tendo como horizonte a construção de uma democracia radical, que tome como referência estratégica a construção de uma sociedade pós-capitalista.

**Palavras-Chave:** Crise do Capital. Neoliberalismo. Neofascismo. Educação Superior.

---

\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora do Programa de Psicologia Social desta universidade, mas atualmente desenvolve suas principais atividades no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), do qual foi fundadora e membro da coordenação de 2006 a 2014. Foi coordenadora do GT “Políticas de Educação Superior” da ANPED (2000 a 2004), bem como coordenadora do Conselho Científico da mesma entidade (2006-2008). Participa da Rede Universitas/BR desde sua criação e é membro de sua Coordenação Colegiada desde 2016. Também é membro da Coordenação Colegiada da Rede ASTE - Rede Internacional de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (de 2011 a presente data). É líder do Grupo de Pesquisa Trabalho na Educação Superior credenciado pela Plataforma de Grupos de Pesquisa do CNPQ e coordenou o Observatório da Educação (CAPES) sobre a Expansão da Educação Superior no Brasil (2013-2017). Fez jus a 3 bolsas Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (em 2009, 2016 e 2019). Foi membro titular do Conselho Universitário da UERJ (2018-2021). Tem experiência nas áreas de Psicologia e Educação, pesquisando, principalmente, os seguintes temas: trabalho; políticas para a educação superior e produção de subjetividades. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8312-4495>, E-mail: [deise.mancebo@gmail.com](mailto:deise.mancebo@gmail.com)

## CRISIS OF CAPITALISM AND STATE: what country and higher education project?

**Abstract:** The essay analyzes the crisis of capitalism and the possibilities and limits posed for the country and, particularly, for higher education, in the current context. Its development was based on an exploratory investigation, which included bibliographical research, systematic surveys in the press, documentary analysis of converging issues and consultation of aggregated data, adopting an investigation perspective, both qualitative and quantitative. The text is made up of four parts: it begins with a brief presentation of the crisis of capitalism and the role that States have played in its "administration"; then, it analyzes authoritarianism (and neofascism) as one of the solutions found by neoliberalism in crisis; in the third part, it develops the neoliberal production of subjectivities and, subsequently, analyzes some trends that have been consolidating in higher education in the country, under neoliberal logic in an authoritarian context. In the final considerations, some of the main current political obstacles in the country (and in higher education) are signalized, highlighting the need for a permanent mobilization and, particularly, of education professionals, with the horizon of building a radical democracy, which takes as a strategic reference the construction of a post-capitalist society.

**Keywords:** Capital Crisis. Neoliberalism. Neofascism. Higher Education.

## CRISIS DEL CAPITALISMO Y ESTADO: ¿qué proyecto de país y de educación superior?

**Resumen:** El ensayo analiza la crisis del capitalismo y las posibilidades y límites que se plantean para el país y, particularmente, para la educación superior, en el contexto actual. Su desarrollo se basó en un enfoque exploratorio, que incluyó investigación bibliográfica, encuestas sistemáticas en prensa, análisis documental de temas convergentes y consulta de datos agregados, adoptando una perspectiva de investigación, tanto cualitativa como cuantitativa. El texto se compone de cuatro partes: comienza con una breve presentación de la crisis del capitalismo y el papel que han jugado los Estados en su "administración"; luego, analiza el autoritarismo (y el neofascismo) como una de las soluciones encontradas por el neoliberalismo en crisis; en la tercera parte, desarrolla la producción neoliberal de subjetividades y, posteriormente, analiza algunas tendencias que se han ido consolidando en la educación superior en el país, bajo lógicas neoliberales en un contexto autoritario. En las consideraciones finales, se destacan algunos de los principales obstáculos políticos actuales en el país (y en la educación superior), destacando la necesidad de una movilización permanente y, particularmente, de los profesionales de la educación, con el horizonte de construir una democracia radical, que toma como referencia estratégica la construcción de una sociedad poscapitalista.

Palabras clave:

**Palabras clave:** Crisis del Capital. Neoliberalismo. Neofascismo. Educación universitaria.

## Introdução

Esse ensaio tem por objetivo analisar a crise do capitalismo e as possibilidades e limites postos para o país e, particularmente, para a educação superior, no atual contexto. Uma versão preliminar foi apresentada como conferência de abertura no XXX Seminário Nacional da Rede Universitas/Br, ocorrido em João Pessoa, em junho de 2023. Assim, preliminarmente, agradeço à Rede Universitas/Br, não só por me estimular a sistematizar muitas e antigas discussões, mas também pelas contribuições que recebi diretamente de companheiros(as) ao longo do referido Seminário.

A construção do texto não advém de alguma pesquisa que sistematicamente eu tenha desenvolvido, todavia para sua escrita recorri a fontes bibliográficas, documentais, a dados agregados e, principalmente, a matérias da imprensa alternativa, referenciadas ao final, adotando, uma perspectiva de investigação, ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa.

O texto está organizado em quatro partes: primeiramente, empreendo uma breve análise da crise do capitalismo e do papel que os Estados têm tido nesse contexto; em seguida, discuto o autoritarismo (e o neofascismo) como uma das saídas encontradas pelo neoliberalismo em crise; na terceira parte, desenvolvo a produção neoliberal das subjetividades e, na sequência, analiso algumas tendências que vêm se consolidando na educação superior no país, sob a lógica neoliberal num contexto autoritário. Nas considerações finais, são sinalizados alguns dos principais entraves políticos atuais do país (e da educação superior), destacando a necessidade de uma mobilização permanente das forças à esquerda e, particularmente, dos profissionais da educação, tendo como horizonte a construção de uma democracia radical, que tome como referência estratégica a construção de uma sociedade pós-capitalista.

## A crise do capital e o papel do Estado

Desde os anos 1970, estamos vivenciando uma crise profunda no sistema capitalista, decorrente de uma combinação de fatores: o fim do sistema de Bretton Woods, a derrota militar americana no Vietnã, a alta do preço do petróleo e das taxas de juros, dentre outros fatores, que provocaram em conjunto a primeira grande crise e recessão da economia mundial do pós-Segunda Guerra. Conforme Fiori e Nosak (2023, s/p):

Foi nesta década [também] que os Estados Unidos deixaram para trás o seu projeto desenvolvimentista do pós-Guerra, e passaram a defender em todo mundo (menos nos Estados Unidos), sua nova estratégia neoliberal de desregulação e abertura dos mercados nacionais, privatização das empresas estatais, desmontagem das políticas de bem estar social, e globalização das grandes cadeias produtivas e dos mercados financeiros (Fiori; Nozaki, 2023, s/p).

Em síntese, quando a forma particular de reprodução do capital, que havia possibilitado a expansão econômica durante os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, deu sinais de esgotamento, cedeu espaço ao neoliberalismo e à dominância financeira (Marques, 2022). É digno de registro que essa mudança na forma de acumulação capitalista aprofundou as contradições antagônicas entre capital e trabalho, bem como a crise ambiental, que comporta riscos severos para a vida humana na Terra, atingindo principalmente os mais pobres.

O Estado, ao longo destes mais de 50 anos, também se modifica, aprofundando uma dinâmica, segundo a qual as riquezas produzidas pelos trabalhadores(as) são transferidas aos que menos precisam delas: a classe dominante. Para tal, passa-se a atacar a concepção de um Estado inclusivo, que “pelo menos até a década de 70, era chamado periodicamente a intervir para prover alguma compensação à permanente exploração a que os trabalhadores eram submetidos, criando políticas inclusivas” (Freitas, 2022, s/p.). No marco neoliberal, ao contrário, o Estado amplia “seu caráter empresarial e repressivo, mobilizando suas forças armadas e militarizadas contra seu próprio povo, violentando e autorizando a violência que atinge principalmente o povo negro, a juventude, as mulheres e os sujeitos de diversidade sexual” (Mafort, 2022, p. 27-28).

Por fim, mas não menos importante, assistimos a um projeto claro de construção de uma outra democracia: uma democracia limitada que resguarda os interesses do capital em suas crises, reduz direitos da população e que advoga que direitos devem ser obtidos não através do Estado, mas através do mercado, meritocraticamente, de forma a reduzir os custos da inclusão (Freitas, 2022).

Bem, as “soluções” neoliberais aprofundaram a crise, ao longo desses 50 anos, em várias dimensões (social, política, geopolítica, ambiental e outras), compondo a crise estrutural do capital que atinge diretamente a vida contemporânea. A crise financeira de 2008 deve ser considerada nessa quadra, bem como seus desdobramentos como o incremento da disputa política em torno da tecnologia, do controle de rotas de comércio, e dos fluxos de investimentos e de capitais (Berringer, 2022).

O aumento das desigualdades sociais, o avanço das privatizações dos serviços públicos, o enfraquecimento do sindicalismo via ataque aos direitos trabalhistas, a intensificação do individualismo, do empreendedorismo, as catástrofes ambientais e a ascensão do neofascismo e de líderes políticos de extrema direita são algumas das expressões da crise civilizatória, que se seguiu. Adicionalmente, o advento da pandemia da Covid-19 levou milhões à morte, à fome e à extrema pobreza, quebrou cadeias produtivas e desorganizou, adicionalmente, a produção mundial (Depieri, 2022).

Diante desse quadro, diversos analistas têm por consenso que:

Essa crise que está em pleno curso **não tem nenhuma perspectiva imediata de solução ou mudança de rumo**, pelo contrário, tudo indica que deva se arrastar por um longo período, talvez por toda a década de 2020, com consequências econômicas e financeiras que devem mudar o desenho geoeconômico do mundo projetando-se sobre toda a primeira metade do Século XXI” (Fiori; Nozaki, 2023, s/p, grifos nossos).

## **Autoritarismo e neofascismo como saída ao neoliberalismo em crise**

Harvey (2011) tem ressaltado que um dos grandes impactos da crise de 2008 foi a perda de legitimidade do neoliberalismo, cuja saída foi se tornar mais autoritário. E, de fato, assistimos mundo afora ao fortalecimento de movimentos neofascistas e à eleição de governos de extrema direita em muitos países (Hungria, Polônia, Ucrânia, Índia, Estados Unidos, Brasil e, mais recentemente, na Argentina). Esses movimentos tiveram como base social, em geral, a classe média conservadora e elitista, parcelas de trabalhadores

desiludidos com a falta de emprego e com a piora das condições de vida e, é claro, o apoio das burguesias internas e associadas, como ocorreu no Brasil (Berringer, 2022).

No Brasil, o neoliberalismo aporta nos anos 90, com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Rosa Maria Marques (2022), professora titular da PUC-SP, num texto cirúrgico, publicado no Tricontinental, assim analisa nossa situação em relação ao tema:

Quando voltamos nosso olhar para o que se tornou permanente de 1991 ao presente ano, vemos que o país, com altos e baixos, não deixou de seguir a trajetória de se adequar às novas regras ditadas pela hegemonia financeira e pelo neoliberalismo. A desregulamentação da esfera financeira e a adoção do câmbio flexível; a venda do patrimônio público; a introdução na esfera pública de critérios de avaliação e eficiência utilizados nas grandes empresas privadas; a primazia do pagamento do juros da dívida em detrimento da alocação orçamentária de recursos para atender às necessidades da população; o abandono do papel do Estado como agente fundamental no desenvolvimento de políticas estratégicas; a contínua desindustrialização do país; a aprovação da reforma trabalhista, criando as bases para a flexibilização da parte do mercado de trabalho que ainda se mantinha na formalidade; a ausência de políticas industriais; o avanço da destruição dos biomas, com destaque para o da Amazônia, do cerrado e do pantanal, integram as “mudanças” que ocorreram nesses últimos anos (Marques, 2022, p. 7-8).

Nos últimos anos desse período, particularmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) – provavelmente, a figura mais representativa do fenômeno global de ascensão de líderes neofascistas –, as linhas gerais traçadas acima por Marques (2022) aprofundaram-se, como foi o caso do crescimento da mineração e das atividades do agronegócio sobre terras indígenas, em especial na Amazônia; a intensa redução de recursos para áreas, como educação, ciência e tecnologia e para alguns programas relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A deterioração das condições de vida e de ocupação também registrou alterações qualitativas, com o país voltando ao mapa da fome, mantendo uma taxa de desemprego elevadíssima (8,9% no trimestre encerrado em agosto de 2022), e com a ampliação do trabalho informal e precário.

Além disso, o governo Bolsonaro adotou uma pauta política conservadora e retrógrada, facilitando o armamento da população, insuflou o racismo, a intolerância religiosa, os ataques aos indígenas e quilombolas e o ódio contra os LGBTQIA+.

## A produção neoliberal das subjetividades

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e, fundamentalmente, uma racionalidade, o que significa compreendê-lo enquanto uma razão de mundo que não extingue e modifica apenas direitos, regras e instituições. Ele também incita maneiras de viver, induz novos tipos de relações sociais e produz certas subjetividades. Assim, para esses autores, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e todas as mudanças que o acompanharam – a partir dos anos 1970, no mundo e a partir dos anos 1990, no Brasil – vieram seguidas por um novo horizonte de produção de subjetividades capaz de se adequar ao mundo que surgia.

Mais concretamente, o neoliberalismo se constitui como um novo espírito do capitalismo, que impõe um ambiente de concorrência generalizada, onde a razão empresarial é o código de conduta eleito para toda a agência humana, transmutando, a lógica do mercado no modelo máximo de racionalidade contemporâneo.

Como aprecia Maia (2022), no brilhante livro *“Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico”*:

Compreender o neoliberalismo sobretudo como uma racionalidade que configura nosso modo de ser e estar no mundo nos permite entender como são moldadas as nossas relações sociais, a forma como gerimos o nosso tempo, o ritmo acelerado que impomos a nós mesmos, a pressão constante pela produtividade em forma de autocobrança e, em especial, as novas formas de sofrimento que experienciamos (Maia, 2022, p. 16).

O trabalhador, por exemplo, organiza-se e entende-se como empreendedor de suas próprias tarefas, de modo que “[...] o espírito de empresa, a ação de empreender, e de competir foram a pedra de toque da transformação” (Maia, 2022, p. 83).

Cabe destacar, no entanto, que o fato de a subjetividade ser intersubjetivamente constituída não significa que haja um determinismo social, no qual o sujeito não teria margens de autonomia para se autodeterminar. Pode-se afirmar que, do mesmo modo como a sociabilidade não produz o sujeito enquanto um efeito necessário e inequívoco, o sujeito também não é totalmente livre para se autodeterminar isolado do mundo e das relações sociais. A ação de socializar-se “nem é totalmente determinada e nem totalmente livre, possuindo uma dialética própria” (Maia, 2022, p. 58).

Assim, para cada época, é possível se destacar algumas marcas (regras, normas, instituições) que conformam o homem e pode-se afirmar que no caso do neoliberalismo, mesmo considerando certas margens de autonomia e singularização, sempre possíveis, o sujeito compreende-se como o responsável por criar suas possibilidades de vida intelectual, social, afetiva e de ascensão econômica, dentre outras, e de gerir tudo isso solitariamente. Como analisado por Freitas (2022), “o indivíduo é colocado como o gestor da sua própria acumulação de competências e habilidades, com as quais deve se apresentar ao mercado concorrencial” (Freitas, 2022, s/p).

Adicionalmente, deve-se considerar que essa gestão de competências e habilidades é permanente, de modo que o sujeito neoliberal se torna incapaz de alcançar um ponto de conclusão, de experimentar uma pausa, há sempre algo a mais a ser feito, gerido e administrado, com vistas ao alcance de um sucesso, sempre postergado. No polo oposto, quem não alcança as metas é um perdedor ao qual resta culpabilizar-se pelo fracasso!

Não surpreende que se noticie a depressão como o sofrimento psíquico do século. Na realidade, sua incidência denuncia as novas exigências em curso para a produção de subjetividades: um sujeito competitivo e empresário-de-si-mesmo que, mediante um processo violento, se auto responsabiliza pelo que lhe acontece, inclusive por seus insucessos. Assim, conforme Maia (2022):

O adoecimento mental que hoje explode é sintoma de uma sociedade imersa em uma selva de todos contra todos, em que cada vacilo é vivenciado sob a perspectiva da punição e da exclusão social, sem direito à solidariedade ou a qualquer espaço de comunhão e acolhimento, fazendo com que os sujeitos ignorem, sem questionamento crítico e político, a realidade em que vivem (Maia, 2022, p. 105).

## Educação superior sob a lógica neoliberal

Considerando o anteriormente exposto, pode-se sintetizar que as reformas neoliberais não significam um retorno ao *laissez faire* advogado nos primórdios do liberalismo clássico ou, a construção de um "Estado mínimo". Ao contrário, trata-se, de uma nova modalidade de funcionamento e intervenção estatal, que tem como foco uma gestão empresarial do Estado, que expande a concorrência e as leis do mercado para toda a sociedade. E isto inclui a colonização e modificação radical da educação superior.

De uma maneira geral, o neoliberalismo introduziu os parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior do serviço público. Criou ferramentas de aferição e certificação de qualidade, mediante a implementação de sistemas herméticos e totalitários de avaliações e comparações recorrentes e condicionou os recursos, cada vez mais parcous, a metas de aumento de produtividade.

As metas de aumento de produtividade variam conforme a conjuntura: podem ser, inclusive, referentes à expansão quantitativa do serviço a ser prestado, como foi o caso do Reuni<sup>1</sup>, na educação superior. Mas também o aumento da produção escrita, como é o caso do produtivismo já amplamente analisado e questionado pela literatura crítica. De todo modo, intensifica-se o ritmo de trabalho, exigindo dos trabalhadores e trabalhadoras inovação e flexibilidade, para o alcance das metas cada vez maiores; em prazos cada vez mais exíguos e, o que é sobretudo importante, com a racionalização de recursos materiais (e humanos).

Com o neoliberalismo, amplificou-se a concorrência permanente entre os pares, departamentos e instituições. Essa dinâmica, não raramente, é apresentada como inevitável e desejável, pois evidencia os "fracos" e os "fortes", os vencedores que são dignos de reconhecimento pelo seu percurso acadêmico. E não se pode esquecer, como pontuamos anteriormente, que ganhar a concorrência significa também uma superação de si mesmo e a manutenção de um perpétuo esforço de se ultrapassar.

E o que se alcançou com tudo isso? Além das irreparáveis perdas na formação, na produção do conhecimento e na vida dos envolvidos, perdeu-se o sentido de solidariedade, acolhimento e de comunidade, dinâmica que, sobejamente, contribui para o surgimento de homens e mulheres em situação de sofrimento psíquico, como abordamos anteriormente.

Laval (2023) destaca que essas mudanças põem em questão não apenas os modos de organização ou "governança" da educação superior, mas sua definição, seus objetivos, suas funções sociais, culturais e políticas.

Reforça que "o regime neoliberal de verdade que, gradualmente, se impõe à universidade, como alhures, é a validação pelo mercado. É verdade, legitimamente verdade, o que é economicamente eficaz" (Laval, 2023, s/p), conduzindo a uma "prevalência de critérios gerenciais sobre as atividades-fim intelectuais e pedagógicas da universidade" (Laval, 2023, s/p) e que se funda no primado absoluto da competição e da obrigação de altas performances. O autor chama atenção, ainda, para "[...] o processo de "desdemocratização" da universidade [que se] manifesta em particular pelo aumento do

---

<sup>1</sup> O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 e teve vigência até 2012. O Programa possuía como objetivo a ampliação da rede pública de educação superior federal, em termos de número de vagas, redução da evasão, e de aperfeiçoamentos na infraestrutura acadêmica e pedagógica. Com discussões e muitos conflitos, todas as universidades federais do país aderiram ao Programa.

poder dos reitores das universidades e pela instituição de instâncias ou níveis burocráticos em grande medida fora das regras estabelecidas [e desejáveis] da colegialidade” (Laval, 2023, s/p).

Tal dinâmica contribui, sobretudo, para a quebra da autonomia universitária, pois, na realidade, são instâncias superiores que estabelecem os objetivos estratégicos, as metas a serem seguidas e toda a atividade desenvolvida no campus acaba, de certa forma, “controlada remotamente de acordo com mecanismos gerenciais de recrutamento, promoção ou financiamento” (Laval, 2023, s/p).

Por fim, o autor chama atenção para “a profissionalização dos estudos” que, na sua acepção,

[...] impõe uma porosidade cada vez maior às culturas, aos valores e às lógicas próprias dos diferentes mundos profissionais, e especialmente ao mundo dos negócios privados. A pesquisa [ por seu turno, torna-se] cada vez mais porosa às expectativas dos patrocinadores privados e públicos dos quais depende a concessão de recursos às unidades de investigação (Laval, 2023, s/p).

Delineados os rumos da educação sob a lógica neoliberal, resta-nos avaliar como a lógica do mercado materializou-se na educação superior brasileira. Numa tentativa de síntese, desenvolverei o tema em quatro grandes aspectos, expostos a seguir.

### *A tentativa de desmonte do sistema de educação superior pública*

O principal fator a contribuir para o desmonte do sistema educacional público foi a drástica redução do financiamento. A rede pública de educação superior tem sofrido expressivo sucateamento promovido por governos que, ciosos de seus dogmas austericidas, aprofundam uma política de cortes (ou contingenciamentos) para o financiamento da educação e da ciência e tecnologia (C&T), afetando a um só tempo as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Tomando-se, como exemplo, o que foi destinado às universidades federais (incluindo os Hospitais Universitários), verifica-se que, de 2015 a 2021, ocorreu uma diminuição de recursos na ordem de 11,77% (reis, 2022). Pode-se afirmar que situação semelhante, ou até pior, ocorreu nos diversos estados da União, no que tange ao financiamento das instituições públicas estaduais.

No que tange aos recursos destinados à função ciência e tecnologia – onde estão alocados os financiamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) –, os cortes começaram antes e foram mais intensos, de modo que, entre 2013 e 2021, teve-se uma diminuição na ordem de 62,67% (Reis, 2022).

Obviamente, essa redução afetou em cheio toda a educação superior federal (Universidades, Institutos Federais e os Centros Educacionais de Educação Tecnológica-CEFETs), com drásticas reduções dos recursos para o pagamento de água, luz, internet, vigilância, limpeza, comprometendo, em diversos momentos, o próprio funcionamento geral das instituições nesse período. É doloroso constatar que, em pleno contexto de



pandemia, muitas instituições reduziram políticas e ações de assistência estudantil e até efetivaram grandes demissões de terceirizados.

Em contrapartida, as despesas da União com juros e encargos, amortização e refinanciamento da dívida pública, entre 2013 e 2021, aumentaram 74,1% (Reis, 2022), a demonstrar o alinhamento nacional ao padrão de acumulação mundial centrado no poder das instituições financeiras.

Adicionalmente, particularmente durante a última gestão governamental, a reiterada desqualificação dos dirigentes indicados para assumir postos estratégicos no setor educacional, especialmente militares e gestores do setor privado, bem como, a nomeação autoritária de reitores para as instituições federais de ensino, apenas por sua lealdade ao governo e desrespeitando as escolhas das instituições contribuíram, sobremodo, para as imensas dificuldades sofridas pelo sistema de educação superior pública.

Por fim, um forte sinal de que estava em curso um franco processo de desmonte do sistema educacional brasileiro foi o completo abandono do Plano Nacional de Educação (PNE) como política de Estado. O PNE, que deveria ser o eixo estratégico do setor, deixou de ser mencionado e de ter qualquer papel nas ações do governo. Os relatórios de monitoramento de implementação do PNE, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem demonstram essa afirmação, indicando que a perspectiva é que menos de 15% das metas sejam cumpridas até 2024 (Tricontinental, 2021).

## *A doutrina da “guerra cultural”*

Simultaneamente ao desmonte financeiro, as instituições de educação superior foram submetidas a uma verdadeira guerra cultural. Descreve-se a guerra cultural, no século XXI, como uma doutrina de combate na esfera da moral, dos valores, ideias e concepções de mundo, através da manipulação massiva de informações, com o uso de novas tecnologias digitais (Tricontinental, 2021). No caso brasileiro, essa doutrina tem combinado ideias da extrema direita estadunidense, da direita militar brasileira e do olavismo<sup>2</sup>.

Importante registrar que a técnica discursiva utilizada nesta guerra é, preferencialmente, a da retórica do ódio, que se caracteriza por pretender reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado. No caso brasileiro, o alvo predileto dessa retórica tem sido a “esquerda”, tomada como um bloco monolítico, a ser combatido, quando não eliminado.

Rocha (2021) bem define essa dinâmica: [...] a desqualificação nulificadora reduz o adversário ideológico num outro tão absoluto que ele passa a se confundir com um puro nada, um ninguém de lugar nenhum. O efeito é assustador porque autoriza a completa desumanização de todo aquele que não seja espelho de [suas] próprias convicções” (Rocha, 2021, p. 160).

---

<sup>2</sup> Referência ao pensamento de Olavo de Carvalho, um dos difusores, no Brasil, da teoria da conspiração do “marxismo cultural”.

Assim, no âmbito da retórica do ódio, o adversário é sempre e somente um inimigo a ser eliminado.

Quanto ao conteúdo da guerra cultural observa-se um forte fundamento xenófobo, racista, sexista e fascista, pois apresenta um grupo como "guardião de um mundo cristão-ocidental idealizado e ameaçado pelo pretense avanço do anticristianismo, do comunismo, do ateísmo, da depravação sexual e de culturas estrangeiras alienígenas" (Tricontinental, 2021, s/p).

Fato é que nos últimos 10 anos, e com mais intensidade e sistematicidade durante o governo Bolsonaro, a educação pública, a ciência, a arte e a cultura têm sido encaradas como lugares privilegiados para a difusão e a infiltração dessas forças estranhas que ameaçam a tradição e, portanto, têm sido alvos privilegiados da "guerra cultural", mediante o uso de expedientes diversos, como bem ilustra Leher (2023, p. 19):

É essencial ter em mente que a doutrina extremista da guerra cultural combina métodos específicos [...] como o uso deliberado de mentiras; negacionismo e anti-intelectualismo; doutrinas esotéricas e "teorias" conspiratórias [...]; agressões e ameaças; destruição de livros (vide Fundação Palmares); interdição da presença da esquerda nas reitorias das universidades e na direção dos órgãos culturais e combate aos críticos do negacionismo nos órgãos ambientais, científicos e de saúde; antirrepublicanismo, combate ao secularismo da vida social e à laicidade; enfrentamento à liberdade de cátedra e à liberdade de pensamento.

Neste caldo doutrinário, propostas como Escola Sem Partido, Future-se, escolas cívicos-militares e homeschooling se encontram e ganham certa coerência argumentativa. A universidade, por seu turno, é particularmente atacada como uma instituição inútil e perigosa. Como bem sintetizaram Accioly, Nascimento e Costa (2022, p. 2):

Ao longo da última década, a agenda de desmonte das universidades públicas brasileira vem sendo acrescida progressivamente de elementos de conteúdo moral que, para além de justificar a destruição do seu caráter público e o escoamento de recursos para o setor financeiro e as corporações do ensino superior, incitam a vigilância sobre o conteúdo das pesquisas e atividades acadêmicas, perseguições a pesquisadores e estudantes e o cerceamento da autonomia didático-científica e administrativa previstas na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Em síntese, se por um lado a agenda ultraneoliberal estabelece as bases econômicas da precarização das universidades, por outro, a agenda ultraconservadora [e neofascista], desenvolvida pela guerra cultural, tenta promover a sua desqualificação perante a sociedade. São estratégias de desmonte complementares!

## *O fortalecimento da rede privada e do ensino à distância (EaD)*

A contrapartida da desestruturação do sistema educacional público é que as grandes corporações vão ocupando os espaços abertos deixados pela desregulamentação e desmonte do setor público. E quem indica isso, com clareza, é o próprio Instituto SEMESP (2023)<sup>3</sup>, quando afirma, baseado em dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), que a...

---

<sup>3</sup> O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) é uma entidade que representa as mantenedoras de ensino superior do Brasil e tem como objetivos prestar serviços

[...] estatística que se mantém firme no setor da educação superior brasileira é a predominância de instituições de ensino superior da rede privada (87,8%) e a representatividade que elas detêm no número de matrículas: 76,9% das matrículas do país estão concentradas na rede privada [...de modo que] a importância econômica do setor privado é incontestável (Instituto SEMESP, 2023, p. 9).

Registre-se que mesmo o contexto da pandemia abriu novas possibilidades de negócios para o setor privado. Conforme análise do Tricontinental (2021, s/p):

É verdade que as grandes corporações da educação sofreram com dificuldades e restrições durante a pandemia. Os grandes grupos de capital aberto (Cogna, Yduqs, Ânima, Ser, Bahema, Cruzeiro do Sul, Vasta, Afya e Arco) foram afetados pela inadimplência, pela evasão de estudantes, pelas dificuldades financeiras e outros problemas. Mas estas restrições também permitiram que [essas corporações] avançassem em certas mudanças estruturais. A principal delas parece ser a própria multiplicação de mercadorias educacionais e o surgimento de novos nichos.

Assim, além da ampliação do mercado de cursos oferecidos integralmente sob o formato à distância, pode-se verificar atualmente um conjunto de modalidades híbridas (sofisticadamente, chamadas de quadrantes híbridos da aprendizagem), assim como surgiu um novo setor "Premium" com cursos de alto valor de mercado, com maior número de horas de atividades presenciais e uso de tecnologias mais sofisticadas e avançadas, especialmente na área de saúde (Tricontinental, 2021).

Fato é que os negócios não vão mal para os grandes conglomerados do setor. O ano de 2022, inclusive, deve marcar o maior número de operações de fusão e aquisição desde que essas companhias abriram seus capitais (em 2007). E essa onda atual de fusões e aquisições está cada vez mais relacionada à melhoria de produtividade, além da incorporação de mais alunos. Ou seja, melhorar a rentabilidade e eficiência dos processos organizacionais da instituição, sob uma perspectiva nitidamente gerencialista e mercadológica (Mali, 2022).

Indiscutivelmente, um capítulo importante desta história de inovações (e sucessos) foi a ampliação e consolidação do ensino a distância (EaD) no nível superior, que permitiu às empresas educacionais a aferição de lucros adicionais. O Censo da Educação Superior de 2021 bem o demonstra ao registrar que esse foi o ano em que mais gente entrou no ensino superior no formato a distância. Foi também o ano em que o ensino à distância passou a ter mais da metade dos alunos da rede privada, considerando ingressantes e estudantes já matriculados (Mali, 2022).

Reedita-se, assim, uma velha máxima: a introdução de novas tecnologias no processo de trabalho é uma necessidade intrínseca às crises do capitalismo. É pela introdução de novas tecnologias que o capital impulsiona a economia, potencializa a lucratividade e reduz significativamente o impacto das crises econômicas, como ocorreu com o setor privado de educação superior, durante o período da pandemia.

---

de orientação especializada aos seus associados, preservar, proteger e defender o segmento privado do ensino superior brasileiro.

## *A ampliação das Parcerias Público Privadas (PPPs)*

Ao contrário do que o ideário neoliberal difunde sistematicamente, ao apontar o Estado como um problema, as grandes corporações educacionais utilizam-se organicamente do Estado, beneficiando-se de sua estrutura, de suas políticas e, principalmente, dos seus recursos (Tricontinental, 2021).

Esta utilização se dá através de diferentes modalidades e uma das formas mais conhecidas e já bastante explorada pela literatura da área são as famosas Parcerias Público Privadas (PPPs), através das quais o Estado contrata serviços de entidades privadas para serem executados no setor público.

Muitos estudiosos já analisaram criticamente como o Prouni, um programa governamental, criado em 2004, ao conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, significou, na prática, a compra de vagas no setor privado por parte do Estado em troca de renúncia fiscal para as instituições envolvidas e implicou vultosos gastos tributários (ou redução de arrecadação tributária potencial), para o próprio Estado.

A novidade do período foi que o contexto da pandemia ampliou novas modalidades de PPPs em todas as esferas do ensino. Um dos ramos onde mais cresceu foi na prestação de serviços de tecnologia digital, como o aluguel de plataformas e métodos para as modalidades de ensino remoto. Conforme o Tricontinental (2021, s/p) “as GAFAM (acrônimo de Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft) controlam a maior parte dos serviços digitais em instituições públicas de ensino superior do Brasil”, conferindo-lhes, naturalmente, vultosos recursos públicos.

## **Considerações finais: perspectivas e táticas necessárias**

Diante do quadro apresentado, de uma conjuntura tão adversa, resta a questão do que fazer no atual contexto?

Pode-se dizer que “a diferença de 1,8 ponto percentual a favor de Lula, que lhe deu a vitória sobre Bolsonaro, embora estatisticamente pequena, expressa na verdade uma vitória gigante de Lula e da esquerda” (Druck; Filgueiras, 2022, s/p).

Tratou-se de uma vitória contra um movimento social de massa neofascista organizado. Obviamente, esse movimento não se confunde com a maioria dos eleitores de Bolsonaro, mas essa dinâmica encontrava-se (e ainda se encontra) entranhada na sociedade brasileira (Druck; Filgueiras, 2022).

Todavia, a derrota eleitoral de outubro não enterrou o bolsonarismo. A extrema-direita continua sendo a maior corrente política de oposição ao governo nas ruas e nas redes (Arcary, 2023). Trata-se de um movimento que transcende a liderança de Jair Bolsonaro, que tem um programa político neofascista, que possui articulações internacionais com várias facções da extrema direita existentes hoje no mundo, que conta com financiamento, nacional e internacional e que apresenta penetração capilar na sociedade brasileira, inclusive nas classes trabalhadoras.

Contra isso, a mobilização permanente da esquerda e demais forças democráticas é essencial; e a vitória de Lula deve ser encarada como a vitória de uma batalha em uma grande guerra. Alguns elementos ilustram essa afirmação: o financismo permanece e apegase-se à austeridade fiscal a todo custo; o Banco Central (com seus juros exorbitantes) continua independente; elegeu-se um dos piores Congressos da história da República, com inúmeros representantes desprovidos de qualquer senso de dever público; o Novo Arcabouço Fiscal mantém o teto para investimentos sociais, mas para gastos com juros e amortizações da chamada "dívida pública" não estabelece qualquer teto; o Todos pela Educação encontra-se enranhado no Ministério que nos diz respeito e, de um modo geral, repousa uma aposta perigosa de pacto com a classe dominante. Mas, talvez, o pior de tudo é que a cada dia que passa vai ficando claro que "Lula decidiu governar 'a frio' e não 'a quente'", como define Arcary (2023). Tem preferido os acordos institucionais a "uma permanente luta pública para garantir apoio de massas". Isso, como já argumentamos, numa conjuntura em que a pressão popular seria fundamental para as mudanças táticas que se fazem necessárias.

Fato é que há campos de lutas e participação para tudo quanto é gosto. Todavia, considero que a democracia, a evolução das lutas sociais e a própria mudança da sociedade dependem fortemente de um projeto crítico de educação e comunicação popular. Portanto, nesse cenário pessimista, resta-nos a pergunta de Luís Carlos Freitas (2022): qual o papel que os profissionais da educação são chamados a cumprir tendo como horizonte a construção da democracia radical e a luta por uma referência pós-capitalista? E o autor nos responde:

[...] exige que avancemos em nossa conceituação do que deva ser uma educação com qualidade social que humanize tanto o ser humano como a sua relação com a natureza, em nosso tempo [...] A construção e o exercício de um novo padrão sociopolítico que nos mobilize, por contra regulação, para caminharmos em direção a uma sociedade pós-capitalista (Freitas, 2022, s/p).

A educação é um instrumento potente de combate do fenômeno neofascista que infelicitou o País nos últimos tempos, e que ainda não nos abandonou. O aprendizado da história dessa tragédia, cuja repetição é sempre uma possibilidade presente nas sociedades capitalistas em crise, deve ser considerado fortemente em aulas e outros espaços educacionais.

É inadiável, ainda, fazer a crítica das atuais relações sociais, pautadas na concorrência e na competição sem limites; mediante a construção e o exercício de novas relações que radicalizem a igualdade e a democracia para além da democracia de cunho liberal hoje hegemônica.

Em um inspirado texto, Freitas nos afirma o seguinte:

É preciso assumir que as lutas atuais são, então, lutas anticapitalistas, lutas pelo esgotamento e superação das relações sociais desumanizadoras criadas pela vida sob o capital – incluídas aí as desigualdades de gênero, de classe, de raça entre outras. É neste campo que a definição das finalidades da educação que nos interessam têm que ser colocadas (Freitas, 2022, s/p).

As consequências disso para a educação superior me parecem claras:

Na formação, para além de uma matriz formativa mais ampla, que inclua o acesso ao conhecimento acumulado e, portanto, às ciências e às artes, a crítica deve se fazer presente,

bem como ensaios de participação e construção coletivas que potencializem para as lutas por uma sociedade de outro tipo.

A pesquisa deve gozar de liberdade, sem balizamentos utilitaristas de “abertura” ao mundo empresarial. Sua principal função é de ser um espaço ativo de reflexividade crítica, diante de todo o tipo de poder, incluindo, o poder corporativista (Laval, 2023).

Por fim, nunca é demais afirmar a possibilidade de a ética do diálogo substituir a retórica do ódio e o desejo perverso de aniquilação do outro e repetir, incansavelmente, que a dinâmica geradora dessas práticas deve se pautar pela cooperação, solidariedade e participação!!

## Referências:

ACCIOLY, Inny; NASCIMENTO, Luciane da Silva; COSTA, Kleyton Vieira Sales da. O “estranho casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e os ataques à universidade pública. **Trabalho Necessário**, v.20, n. 42, p. 1-33, maio-ago. 2022.

ARCARY, Valério. Cem dias. **Esquerda on line**, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/04/10/cem-dias/> . Acesso em: 30 set. 2023.

BERRINGER, Tatiana. Política externa brasileira em 2023: desafios frente ao mundo em transformação. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - Entre a esperança e os desafios: perspectivas para o terceiro governo Lula**, p. 12-17, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/entre-a-esperanca-e-os-desafios-perspectivas-para-o-terceiro-governo-lula/>. Acesso em: 25 set. 2023.

DARDOT, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. Introdução: esperar diante dos desafios. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - Entre a esperança e os desafios: perspectivas para o terceiro governo Lula**, p. 3-7, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/entre-a-esperanca-e-os-desafios-perspectivas-para-o-terceiro-governo-lula/>. Acesso em: 25 set. 2023.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O fascismo está aqui, mas será derrotado! **Outras Palavras**, 4 nov. 2022. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/o-fascismo-esta-aqui-mas-sera-derrotado/> . Acesso em: 20 set. 2023.

FIORI, José Luís; NOZAKI, William. De volta ao desenvolvimento. **Outras Palavras**, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/fiori-de-volta-ao-desenvolvimento/>. Acesso em: 15 set. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos. Qual agenda para qual democracia: o papel da escola e seus profissionais. **Avaliação Educacional - Blog do Freitas**, set. 2022. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/> . Acesso em: 25 ago. 2023.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 238 p.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior**. São Paulo: Instituto SEMESP, 2023. 296 p.

LAVAL, Christian. Da universidade neoliberal à universidade como comum. **Blog do Valdemar Sguissardi**, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/da-universidade-neoliberal-a-universidade-como-comum/> . Acesso: 30 jun. 2023.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-42.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**: o mal-estar nas universidades. Recife: Ruptura, 2022. 176 p.

MALI, Tiago. Mercado de ensino superior tem concentração recorde. **Poder 360**, 24 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MAFORT, Kelli. O Poder Popular necessário - desafios e potencialidades. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - Entre a esperança e os desafios: perspectivas para o terceiro governo Lula**, p. 27-33, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/entre-a->

[esperanca-e-os-desafios-perspectivas-para-o-terceiro-governo-lula/](#).

Acesso em: 25 set. 2023.

MARQUES, Rosa Maria. Recuperar e construir o futuro. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - Entre a esperança e os desafios: perspectivas para o terceiro governo Lula**, p. 7-12, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/entre-a-esperanca-e-os-desafios-perspectivas-para-o-terceiro-governo-lula/>.

Acesso em: 25 set. 2023.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública e financiamento das Universidades Federais, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da Ciência e Tecnologia no Brasil (2013-2021)**. Jun. 2022. (mimeo).

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminho, 2021. 421 p.

TRICONTINENTAL. **7 teses sobre o presente e o futuro da educação brasileira**, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/7-teses-sobre-o-presente-e-o-futuro-da-educacao-brasileira/>.

Acesso em: 20 set. 2023.

Submetido em: 01/10/2023

Aprovado em: 20/12/2023

Publicado em: 29/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)